



GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 019-14, DE 22 DE ABRIL DE 2014.**

*Autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público de Cozinheiros.*

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a contratar Cozinheiros, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo 240, da Lei Municipal nº 1.751/90, a seguir descritos:

<b>Categoria Funcional</b>	<b>Padrão</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Vencimento Mensal</b>	<b>Carga Horária</b>
Cozinheiro	2-A	15	R\$ 724,00	40 horas semanais

Art. 2º O prazo de vigência do contrato não poderá ultrapassar o quatro meses, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

Paragrafo Único. A renovação do contrato, estará condicionada na apresentação do senso da categoria funcional do cargo de cozinheiro.

Art. 3º Ficam assegurados ainda, os direitos elencados na Lei Municipal nº 1.751, de 08 de agosto de 1990.

Art. 4º As contratações serão realizadas através de processo público seletivo simplificado.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 22 DE ABRIL DE 2014.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 019-14, DE 22 DE ABRIL DE 2014.**

**JUSTIFICATIVA**

Estamos encaminhando a V.Sras., este projeto de lei, buscando autorização para contratação temporária de Cozinheiros pelo motivo de excepcional interesse público.

É dever do Estado, dentro de suas obrigações constitucionais, prestar o devido atendimento na área de educação no âmbito do Município, através do processo administrativo nº 14.0374/2014, a Secretaria Municipal de Educação requer a contratação temporária de Cozinheiros.

A justificativa baseia-se no grande número de projetos educacionais realizados pelo Município, bem como no aumento do número de alunos que integram a rede de ensino municipal.

O Município, através da Secretaria de Educação conta atualmente com 17 (dezessete) escolas de ensino fundamental e educação infantil, sendo que todas funcionam nos turnos da manhã e tarde, e duas escolas no turno da noite (EMEF Ulisséia Lima Barbosa e EMEF Getúlio Vargas); 08 (oito) Pólos, sendo 07(sete) Projetos Cidadão em Ação e 01 (um) Pólo AABB Comunidade, sendo que todos em dois turnos.

A atuação destes servidores é imprescindível para a Administração, como no caso, para a Secretaria de Educação, no preparo da alimentação dos educandos.

Salienta-se que processo seletivo público já restou realizado, sob o nº 005/2012, e de conformidade com o item 12.8 do referido edital, está em vigência até 25 de junho de 2014, sendo que será realizado outra seleção a partir desta data.

A contratação temporária dispensa o cálculo do impacto orçamentário-financeiro, a teor do artigo 16, parágrafo primeiro, inciso I da lei de responsabilidade fiscal.

Pelo exposto, é urgente e necessária a contratação dos servidores, a fim de que seja possível a prestação dos serviços educacionais para a comunidade local.

Estas são as razões que justificam o presente projeto.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 22 DE ABRIL DE 2014.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito